



Antíteses

ISSN: 1984-3356

hramirez1967@yahoo.com

Universidade Estadual de Londrina

Brasil

Bitzer Rodrigues, Pauline

“Monumento aos Pracinhas”: narrativa histórica e memorialística sobre a Força Expedicionária
Brasileira

Antíteses, vol. 6, núm. 12, junio-diciembre, 2013, pp. 551-576
Universidade Estadual de Londrina
Londrina, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=193329447025>

- ▶ Como citar este artigo
- ▶ Número completo
- ▶ Mais artigos
- ▶ Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

“Monumento aos Pracinhas”: narrativa histórica e memorialística sobre a Força Expedicionária Brasileira

“Pracinhas Monument”: historical and memorialistic narratives about the Brazilian Expeditionary Force

Pauline Bitzer Rodrigues¹

RESUMO



Apesar de questionada e esquecida por muito tempo devido à associação da sua imagem à ditadura militar, a memória dos ex-combatentes brasileiros da Segunda Guerra Mundial foi e é muito comemorada por suas comunidades de memória, resultando em grande número de monumentos, em especial o Monumento Nacional aos Mortos da Segunda Guerra Mundial (MNMSGM-RJ), popularmente conhecido como “Monumento aos Pracinhas”, objeto deste trabalho. O presente artigo, produto da pesquisa realizada no programa de especialização em Patrimônio e História da Universidade Estadual de Londrina, visa analisar o conjunto monumental em sua integralidade, ou seja, o monumento físico em conjunto com seu aparato imaterial; o objetivo é perceber que narrativa histórica e memorial o MNMSGM pretendeu e pretende contar, a partir de todos os seus sentidos: material, simbólico e funcional. Ele é tomado, ainda, enquanto representação, produto e produtor de memórias e identidades não homogêneas e em constante transformação, e por isso analisado a partir da dialogia presente-passado-presente na relação entre sociedade e patrimônio.

Palavras-chave: *Monumento Nacional aos Mortos da Segunda Guerra Mundial. Ex-combatentes. Memória. Narrativa. Patrimônio.*

ABSTRACT



Although being questioned and forgotten for a long time because of the association of its image to the military government, the memoirs of the Second World War Brazilian ex-combatants was and still is very celebrated by its memories communities, resulting in a big number of monuments, especially the National Monument to the Dead of the Second World War (MNMSGM-RJ), popularly known as “Pracinhas

¹ Possui Graduação em História e Especialização em Patrimônio e História pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Atualmente é Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História Social da UEL.

Monument", object of this paper. This article, product of the research realized in the Patrimony and History post-graduation program at Universidade Estadual de Londrina, aims to analyze the monumental group in its integrality, or in other words, the physical monument together with the immaterial aspects; the objective is to perceive what kind of historic and memorial narratives the Monument intended and intends to tell, considering all its faces: material, symbolic and functional. It is considered as a representation, a product and a maker of memoirs and identities that are not uniform and are in a constant remaking, and that's why it is analyzed under the present-past-present dialog in the relation between society and patrimony.

Keyword: National Monument to the Dead of the Second World War. Ex-combatants. Memory. Narrative. Patrimony.

Considerações Iniciais

Por mais terras que eu percorra,
Não permita Deus que eu morra
Sem que eu volte para lá;
Sem que leve, por divisa,
Esse 'V' que simboliza
A Vitória que virá;
Canção do Expedicionário, Guilherme de Almeida

Essa canção foi cantada pelo grupo de 25.334 cidadãos-soldados que representaram o Brasil na busca do "V" sobre os nazifascistas na frente de guerra italiana entre 1944 e 1945, a Força Expedicionária Brasileira (FEB).² Entre expedicionários da FEB e do Grupo de Caça da Força Aérea Brasileira, 468 combatentes deixaram suas vidas na Campanha da Itália, e em homenagem a estes foi construído, entre 1957 e 1960, o Monumento Nacional aos Mortos da Segunda Guerra Mundial (MNMSGM), popularmente conhecido como "Monumento aos Pracinhas", nosso objeto de reflexão.

Contribuindo aos estudos das memórias sociais³, o objetivo do trabalho é compreender a narrativa histórica que o Monumento⁴ faz sobre os brasileiros na Segunda Guerra Mundial através da sua idealização, realização e utilização. Tomando-o como fonte principal, um monumento transformado em documento e que precisa ser desmontado, demolido em suas

2 O Exército regular da época refletia as carências sociais brasileiras, então buscou-se também na população os integrantes da FEB, entre convocados e voluntários, que em sua maioria vieram das camadas mais pobres. Para mais informações sobre formação e atuação da FEB, ver Ferraz (2012).

3 Neste campo examina-se as razões pelas quais os eventos históricos podem ser lembrados ou esquecidos, quais os critérios e valores que traduzem sua relevância, ou não, para a posteridade, e quais os meios e estratégias de criação, recuperação, manutenção e transformação das memórias (CONNERTON, 1993).

4 Ao longo do texto será feito o uso da palavra "Monumento" para designar o objeto de análise; a letra inicial maiúscula indica que a palavra faz parte de um nome próprio e diferencia-se da palavra "monumento", com letra minúscula, que se refere ao conceito ou a outro monumento qualquer.

estruturas e transportado “do campo da memória para o campo da ciência histórica” (LE GOFF, 1984, p. 104), ele será abordado neste trabalho enquanto um lugar de memória nos seus sentidos material, simbólico e funcional. Alguns documentos oficiais coletados no arquivo do próprio Monumento também são utilizados como complemento da análise material: cartas, memoriais, atas e ofícios relativos à Comissão de Repatriamento dos Mortos, bem como algumas revistas especializadas em arquitetura à época da seleção dos projetos e de sua construção.

A partir dessa narrativa pretendemos, paralelamente, analisar a coletividade que o Monumento ajuda a construir e pretende manter, a quem sua memória é destinada e a que público ela acaba por alcançar a partir da narrativa que desenvolve; e qual a relação que a sociedade em geral mantém com ele considerando as solenidades oficiais e os usos do Monumento pela sociedade para além da sua história-memória.

No trajeto do trabalho passaremos pelos conceitos inerentes à pesquisa de um lugar de memória como o MNMSGM, para depois nos atermos ao seu aspecto visual-material e o lugar que ocupa dentro da cidade do Rio de Janeiro. Em seguida serão abordados aspectos relativos à história da FEB e suas transformações e instrumentalizações, para então encaixar tudo na face simbólica do Monumento e sua narrativa histórica e memorial.

Memória e Monumento: entre Passado e Presente

Cada sociedade em seu tempo e espaço específico possui uma maneira distinta de ver e de se relacionar com seu passado, ou seja, cada uma possui seu regime de historicidade, pois espaço e tempo são o que definem a experiência/vivência do ser humano e estão sempre mudando historicamente. Desde meados da segunda metade do século XX e principalmente no final, percebemos uma grande mudança do regime de historicidade da sociedade. (HARTOG, 2006).

Pierre Nora (1993) defende a tese da “aceleração da história”, na qual o mundo moderno afasta-se cada vez mais do seu passado e da sua tradição fazendo com que estes desapareçam do cotidiano e precisem de lugares especiais para continuar [re]existindo, os “lugares de memória”. Já François Hartog diz que hoje a sociedade dá mais extensão ao presente e produz diariamente o futuro e o passado de que tem necessidade, o chamado “presentismo”. Andreas Huyssen, por sua vez, fala em “passados presentes”, ou seja, uma volta, uma infestação do passado no cotidiano, em contraposição ao culto futurista das primeiras décadas do século XX. (HARTOG, 2006; HUYSEN, 2000)

O regime de historicidade, seja ele a aceleração da história, o presentismo ou a excessiva valorização do passado, exerce influência sobre todas as formas de tornar manifesto o passado, seja na escrita historiográfica, no estabelecimento de bens patrimoniais e na construção de memórias e identidades. O ponto em comum entre os autores citados é justamente o fato de haver, no fim do século XX e agora no início do século XXI, certa obsessão pela “memória” que vemos na proliferação dos patrimônios, e também no campo historiográfico, onde a memória (e a identidade) tem sido a base de grande parte das discussões.

Os patrimônios e monumentos representativos da memória da Força Expedicionária Brasileira, por exemplo, acompanharam essa tendência disseminadora, sendo que seu número é grande quando comparado proporcionalmente ao número de civis recrutados: até meados dos anos 1980 havia 192 monumentos em todo o Brasil, numa média de aproximadamente um monumento para cada 121 ex-combatentes (ROSENHECK, 2008). Desde então, mais monumentos foram construídos, inclusive na cidade de Londrina, há poucos anos atrás.

O MNMSGM se caracteriza enquanto centro desse conjunto patrimonial da FEB inserindo as memórias individuais dos outros monumentos na coletividade que representa e na identidade que ajuda a criar e manter. Devemos ter em mente, no entanto, que memória e identidade mantêm estritas relações e possuem os mesmos elementos formantes⁵, mas são “processos permanentes de construção e reconstrução” (MENEZES, 1992, p. 10), ou seja, são heterogenicamente constituídas e nunca estão acabadas. Dessa forma, o esquecimento também é parte e condição da existência da memória como mecanismo de seleção e descarte: a memória da FEB, por exemplo, não é consensual nem homogênea, ao contrário, há vozes que destoam da memória tradicional e que muitas vezes são silenciadas/esquecidas.

Ainda devemos destacar a importância do presente tanto para esses conceitos quanto para seus lugares de memória. A constante reconstrução da memória e da identidade e a eleição ou construção dos patrimônios e monumentos não devem ser vistos somente a partir do passado, mas como uma ação do presente em resposta às necessidades do presente. Dessa forma, memória e identidade, bem como os lugares de memória, podem ser instrumentos de controle político-ideológico, visto que sua construção envolve questões políticas e relações de poder: ambas têm poder e podem ter seu poder utilizado para suscitar reflexões críticas sobre o passado e o presente ou sobre si mesmas, ou então elas podem ser utilizadas pelo poder, o que, ao invés de reflexão induz a celebração, a comemoração, fazendo com que várias memórias, diversidades, conflitos e tensões entre elas sejam encobertos ou camuflados. (CABRAL, 2004).

5 Tempo, espaço e movimento/acontecimento: o tempo, enquanto força corrosiva, age sobre o espaço da experiência possibilitando a sistematização do passado/lembraças em memória, o que por sua vez cria os movimentos culturais identitários entre aqueles que fazem parte do mesmo grupo de memória (DIEHL, 2002; MENEZES, 1992).

O Monumento Nacional aos Mortos da Segunda Guerra Mundial não foge a essas premissas, ele carrega memórias e identidades parciais que por mais abrangentes e homogêneas que aparentem ser, não o são. Além disso, também dispõe de conflitos de poder e representação na sua constituição revelando presença ativa do presente, como apontam questões discutidas mais à frente. Sua especificidade, contudo, reside não só no seu tamanho e heterogeneidade, mas também na sua posição central dentro dessa cultura patrimonial da FEB que vem do fato de o Monumento ser o único dedicado exclusivamente aos caídos em batalha da FEB, pois os outros prestam homenagens a todos que voltaram, vivos ou mortos; também é o mais expressivo monumento brasileiro da categoria geral de mausoléus.⁶

Sobre tal característica, é interessante notar que após a Primeira Guerra Mundial houve um crescimento da tendência de construção de memoriais aos mortos e mausoléus coletivos; o mesmo acontece com a figura do soldado desconhecido que ganha um espaço na homenagem que antes era dedicado a grandes generais e heróis oficiais, passando uma ideia de igualdade perante a morte ao tratar o indivíduo como parte de uma coletividade. Michel Vovelle chama essas tendências de “igualização progressiva”, que obscurece o caráter religioso e expiatório ao mesmo tempo em que democratiza e funcionaliza a morte para mensagens morais e políticas (PIOVEZANI, 2011; ROCHA, 2007).

O MNMSGM reflete essa democratização e funcionalização, de forma que pode ser considerado uma alegoria (representação de ideias, princípios, etc., através do material) dentro de uma “narrativa nacional”⁷, na qual patrimônio e nação, e em nosso caso representação e identidade, devem ser defendidos e impedidos de se perderem (GONÇALVES, 1996). E como toda alegoria, o Monumento tem duas dimensões: a literal, aquilo que se vê, e a metafórica/simbólica, constituída por “verdades” transcendentais que são como “entidades objetivadas”, isto é, conceitos cultural e historicamente construídos e que são tomados como naturalmente existentes.

O Monumento e sua Face Literal

Antes mesmo de a guerra chegar ao fim pensava-se em dedicar um lugar aos brasileiros caídos em combate, e o Instituto dos Professores Públicos e Particulares do Rio de Janeiro lançou a ideia, em 1945, da construção de um monumento. O jornal *O Globo* lançou o concurso de maquetes para o futuro monumento, e o vencedor foi o artista plástico carioca Edgar Duvivier com o “Arco da Vitória” (Figura 1). A proposta representava grande esforço

6 Alguns, inclusive, nem são restritos à FEB e trazem à memória outros conflitos como, por exemplo, o memorial de Campos, Rio de Janeiro, que possui despojos de um Capitão participante da Guerra no Paraguai (MATTOS, 1960).

7 Narrativas nacionais são discursos culturais cujo objetivo é formar uma memória e uma identidade nacional para a construção da nação, mas esse conceito de narrativa cultural também pode ser aplicado no nível de patrimônios e memória e identidade coletivas.

físico e emocional através das 16 figuras de combatentes em cenas de guerra e a vitória na forma de uma mulher empunhando uma bandeira no alto do obelisco central. O imponente projeto de 27 metros de altura e 80 metros de vão do arco (por onde passaria uma avenida) “não vingou”, nas palavras do General J. B. Mattos (1960, p. 66), pois os recursos para sua realização seriam altos demais.

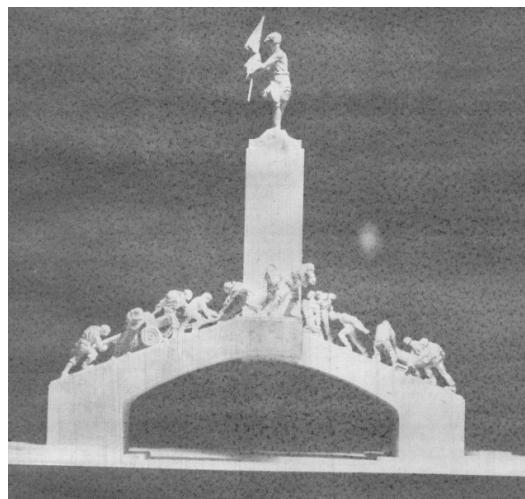


Figura 1 – “Arco da Vitória”, Edgar Duvivier, 1947.

Fonte: Mattos (1960, p. 66).

A intenção de homenagear os combatentes e, particularmente, os que tombaram, permaneceu. Em 1947 o presidente Eurico G. Dutra chamou a atenção para a necessidade da exumação dos corpos dos combatentes brasileiros que descansavam em solo italiano. Por motivos burocráticos e jurídicos italianos⁸, anos se passaram até poder ser planejada a trasladação dos corpos, que ficou a cargo da Comissão de Repatriamento dos Mortos do Cemitério de Pistoia (CRMCP), criada em 1952. O comandante da FEB na Itália, Marechal João Baptista Mascarenhas de Moraes, era o presidente da Comissão⁹ que deveria tratar do repatriamento dos corpos e providenciar um lugar para seu descanso, fosse num remodelamento do já existente monumento ao Duque de Caxias, em frente ao prédio do Ministério da Guerra, na Avenida Presidente Vargas, ou na construção de um mausoléu específico. Decidiu-se, unanimemente, pela construção de um mausoléu próprio que exprimisse os “feitos mais significativos” dos soldados, sem misturar homenagens a

⁸ As leis italianas impunham um período de tempo mínimo para a exumação dos corpos. Além disso, havia a pressão da cidade de Pistoia, sede do Cemitério Militar Brasileiro, para a manutenção do local, que atraía turistas, especialmente brasileiros.

⁹ Dela faziam parte, além do Marechal, sete generais do Exército e um tenente-coronel da Aeronáutica e como secretário o Major Plínio Pintaluga. (COMISSÃO DE REPATRIAMENTO DOS MORTOS DO CEMITÉRIO DE PISTÓIA, 1952, p. 10).

“diferentes epopéas” da história brasileira, e não dar, dessa forma, mais destaque ao Exército ao colocar os despojos de uma guerra coletiva no mausoléu do seu patrono.

Em 1955, então foi lançado o edital¹⁰ do novo concurso com algumas orientações gerais: a existência de um espaço destinado ao “Túmulo do Combatente Desconhecido” e outro aos jazigos, um museu e um lugar para a guarda e para a administração. Além das especificações do edital, foi disponibilizado aos concorrentes o *Resumo das atividades do Brasil na Segunda Guerra Mundial* para auxiliá-los nos temas que deveriam representar, e as diretrizes aos concorrentes ainda dispunham de 13 temas a serem representados, obrigatoriamente, no futuro monumento; dessa forma, antes mesmo dos projetos serem apresentados, já havia um tempo histórico com fatos e sujeitos determinados, o que nas palavras de Ana Mauad se traduzia numa delimitação da forma da narrativa arquitetônica (MAUAD; NUNES, 1999).

Dentre os 36 projetos concorrentes foram escolhidos cinco finalistas e destes, apenas três. Dentre estes o vencedor foi o projeto de autoria dos arquitetos Helio Ribas Marinho e Marcos Konder Netto, juntamente com os artistas plásticos Alfredo Ceschiatti, Anísio de Medeiros e Julio Catelli Filho (Figura 2 e 3) O Monumento seria construído com um orçamento total de Cr\$115.000.000,00 (50 milhões inicialmente, com mais 65 milhões no andamento da obra) entre a Avenida Infante Dom Henrique e a Baía de Guanabara, e seria rodeado por praças e gramados, tendo o seu terreno completo um total de aproximadamente 10.000 m², e o prédio monumental 6.850 m² (MATTOS, 1960, p. 60,70).



Figura 2 – Maquete do projeto inicial do Monumento, 1956

Fonte: Mattos (1960).

¹⁰ Para a confecção do edital, e para compor o júri do concurso, foi montada uma subcomissão composta por um pintor, um escultor, um arquiteto e três engenheiros, dos quais um possuía o posto de coronel.

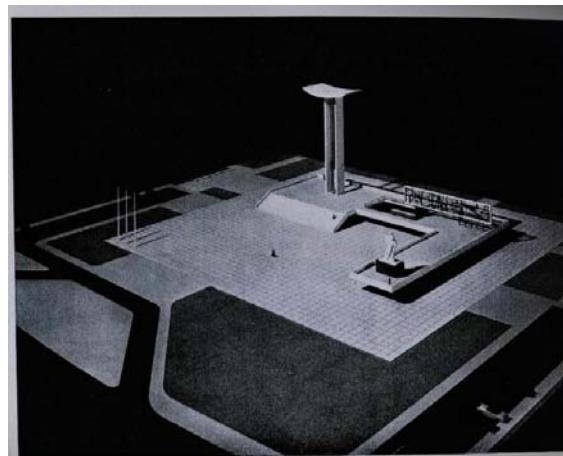


Figura 3 – O MNMSGM atualmente.

Fonte: Autoria própria.

O MNMSGM consiste em três níveis, ou três planos, sendo a cada nível mais pessoal e sacralizado. O primeiro plano é a plataforma (a 3 metros do solo) cujo acesso se dá por ampla escadaria que leva primeiramente ao Túmulo do Soldado Desconhecido, no qual há uma chama constantemente alimentada por gás e nunca apagada (Figura 4); este é um dos elementos de maior destaque no conjunto monumental, e está “abrigado” pelo Pórtico Monumental.¹¹ Há ainda na plataforma uma escultura metálica simbolizando as formas da engenharia aeronáutica (Figura 5), uma escultura de granito representativa das três forças armadas e uma baixa pirâmide de granito com informações sobre a construção e a inauguração do Monumento gravadas nela.

Muitos dos elementos do Monumento são inspirados em outros espaços fúnebres militares, como, por exemplo, a pira do Túmulo do Soldado desconhecido, existente também no Arco do Triunfo, em Paris.

¹¹ O Pórtico consiste em dois “pilones” encimados por uma laje curva; de acordo com os arquitetos, ele foge às formas convencionais e marca a verticalidade do Monumento. *Revista Módulo*, Ano 2, n. 6, p. 45, 1956.



Figura 4 – Túmulo do Soldado Desconhecido na plataforma.

Fonte: Autoria própria.



Figura 5 – Escultura metálica em homenagem à Força Aérea

Fonte: Autoria própria.

No segundo nível, o patamar, vemos: um jardim com trajeto e lembranças das principais batalhas na Itália, um lago com espelhos d’água, um painel de cerâmica em homenagem à Marinha e os mastros das bandeiras. Há ainda o museu, colocado no nível do solo para facilitar a visitação, o qual guarda um painel com cenas que simbolizam a campanha da FEB e a vitória da guerra (Figura 6), e a exposição permanente de objetos, roupas, armas, condecorações, fotos, etc. De acordo com o Regulamento do MNMSGM¹², o museu seria

¹² Regulamento do Monumento Nacional aos Mortos da Segunda Guerra Mundial, Decreto nº 48.071, 07/04/1960 (MATTOS, 1960, p. 73-79).

composto por três partes: a exposição; uma área com filmoteca, biblioteca e mapoteca; e um espaço para a acomodação dos arquivos documentais escritos, fotográficos e de áudio. O acervo viria de doações, aquisições ou transferências, e a cada três meses o diretor do Monumento deveria, juntamente com uma comissão, analisar os documentos recebidos e decidir o que ficaria e o que seria devolvido.

No terceiro plano, o subsolo, estão a administração do Monumento, uma sala de projeção para eventos e palestras, as dependências da Guarda (dormitórios, sanitários, cozinha e copa, refeitório, dispensa dos armamentos), revezada mensalmente entre Exército, Marinha e Aeronáutica. Numa das paredes de entrada do subsolo vemos os nomes dos mortos por torpedeamento das Marinha de Guerra e Mercante e do Exército gravados num painel de quartzo.¹³

Nesse plano também se encontra um grande salão com o mausoléu que é dividido em dois espaços por colunas de concreto. De um lado ficam os jazigos (Figura 7), caixas de alumínio revestidas de mármore preto e tampa em granito branco com gravação dos nomes dos ex-combatentes, seu posto e unidade de serviço, data de nascimento e morte. Ao total são 468 jazigos, sendo que em treze deles, os não identificados, vemos a inscrição “Aqui jaz um herói da FEB. Deus sabe o seu nome”, e dois possuem lápide em branco representando dois corpos não encontrados. Em 1967, quando todos os corpos haviam sido trasladados, um desses dois corpos foi encontrado Itália.



Figura 6 – Painel do museu que mostra cenas da campanha da FEB e da vitória da guerra

Fonte: Autoria própria.

¹³ A Marinha Mercante teve 12 navios afundados entre fevereiro e agosto de 1942, número que aumentou para mais de 30 até o fim da guerra somando um total de 1081 mortos, baixa maior do que a da campanha da FEB na Itália. Erigindo-se, então, um monumento dedicado a todos os mortos em decorrência da Segunda Guerra, é justo que tenham seus nomes na homenagem, mesmo não tendo participado de combates enquanto militares. (FERRAZ, 2005).



Figura 7 – Jazigos no Mausoléu.

Fonte: Autoria própria.

O mausoléu do Monumento, segundo a pesquisadora Adriane Piovezani, possui caráter essencialmente cívico e patriótico, e, diferentemente do cemitério militar de Pistóia, não faria qualquer menção a Deus ou à religião: “[...] um local de características abstratas, sem elementos religiosos como cruzes, onde a questão da pátria é enfatizada [...] e com a ausência de demonstrações religiosas ou homenagens da população em geral durante o dia de finados.” (PIOVEZANI, 2011, p. 6).

De fato não há manifestações populares na cripta do mausoléu no dia de finados como havia no Cemitério de Pistóia além do ceremonial oficial, e o Monumento como um todo não possui grandes evocações religiosas. Ao fundo do outro lado do mausoléu, contudo, há uma pequena capela contando com um conjunto de cadeiras, uma cruz e um altar com a imagem de Nossa Senhora Aparecida, não podendo dizer, nesse caso, que o Monumento se abstém totalmente de menções religiosas em detrimento do patriotismo e civismo. (Figura 8) Em livro sobre os monumentos dedicados à FEB, General Mattos descreve a capela: “[...] na parede do fundo, em flagrante contraste com o fundo negro, uma cruz metálica fluorescente, representa homenagem aos capelões militares e a todas as religiões.” (MATTOS, 1960, p. 60) Também vemos em documentos relativos ao Monumento e à sua construção referências a certa espiritualidade, como, por exemplo, no Regulamento, Título 2, Artigo nº 4: “O Mausoléu receberá e guardará os despojos dos militares mortos na Segunda Guerra Mundial em ambiente adequado à oração, à meditação e ao recolhimento espiritual dos visitantes”. (apud MATTOS, 1960, p. 74) Palavras muito semelhantes são encontradas no

Memorial Descritivo: “[...] livre e imediato acesso à visitação pública, e ambiente adequado a orações e recolhimento espiritual.”¹⁴



Figura 8 – Cenário da Capela no mausoléu

Fonte: Autoria própria.



Figura 9 – Imagem de Nossa Senhora Aparecida no mausoléu. Inscrição: “Valei, boa mãe celestial os que longe tombaram pela liberdade dos povos. Vosso olhar benigno seja-lhes a Pátria Brasileira presente debaixo do Céu Italiano.”

Fonte: Autoria própria.

¹⁴ Memorial Descritivo, Rio de Janeiro, Arquivo do MNMSGM, Arq. B, gaveta 7, Pasta 10. p. 2

O Monumento e a Cidade

Olhando para o aspecto físico-artístico do Monumento vemos um conjunto monumental, ou seja, ele é formado por vários monumentos menores além dos espaços utilitários. Uma das preocupações expostas pelos arquitetos seria criar “um conjunto harmonioso e bem definido plasticamente” num programa fragmentado e de grandes proporções de engenharia, ampla arquitetura e artes plásticas, sem que esta fosse vista apenas como acessório, mas também sem “lançar mão de elementos sem utilidade”.¹⁵ Além disso, ele estaria inserido numa nova monumentalidade, nas palavras de Ricardo Rocha, numa mudança de linguagem do monumento moderno que acompanhava outras obras feitas pelo Estado. De fato, diferentemente da maioria dos monumentos dedicados à FEB (obeliscos, bustos, estátuas, piras, etc.) e dos monumentos de forma geral, o MNMSGM possui caráter abstrato ainda que não abandone o simbólico-figurativo por completo.

Nas palavras dos arquitetos, o Monumento teria “linhas rígidas e construídas sobre as linhas ondulantes e orgânicas da natureza”¹⁶, e a partir disso é interessante pensar na relação do Monumento com seu entorno e com a cidade. Ele se encontra inserido numa cidade “tradicional” que até então era a Capital Federal, e, segundo Rocha, os monumentos modernos passaram a ter formas mais simples e elementos mais sóbrios para não interferir nem se confundir com o setor residencial ou tradicional da cidade. Então, em contraponto à referência de arquitetura tradicional da cidade que se encontra ao lado, a Cinelândia, está o Parque do Flamengo, que seria um “tramo da cidade moderna” e o conjunto urbano moderno mais importante depois de Brasília. Essa localização garantiu ao Monumento um caráter de cartão postal, pois, para além do lugar de memória, também faz parte do plano de embelezamento da cidade. Por isso as áreas aterradas da Glória e do Flamengo foram consideradas, por decreto de 1957, como *Non Aedificandi*, ou seja, ficou proibida qualquer modificação ou construção que comprometa a beleza do conjunto, por mais que fosse justificada por interesse cívico ou prático (MATTOS, 1960; ROCHA, 2007). Mas além do caráter estético, tal status ainda contribuiu ao aspecto simbólico do Monumento, pois destacou sua imponência.

Tendo em vista o ideal de embelezamento, o equilíbrio entre arquitetura e paisagem pode ter sido fundamental na escolha do projeto vencedor. De uma forma geral, entretanto, os 36 projetos concorrentes apresentavam-se sob essas concepções modernas de monumento e os três finalistas tinham algumas características semelhantes, como a iluminação natural pela transparência do vidro, o concreto aparente da construção, e a preocupação com seu entorno e com a participação na vida da cidade. O MNMSGM foi idealizado para ser articulado com o cotidiano a partir de uma integração entre monumento, natureza e público atuando tanto como espaço memorial e cívico quanto lugar de lazer a

15 *Memorial Descritivo*, Rio de Janeiro, Arquivo do MNMSGM, Arq. B, gaveta 7, Pasta 10, p. 2, 9.

16 *Revista Módulo*, Ano 2, n. 6.1956, p. 45.

partir de suas praças, da plataforma com vista para a Marina da Glória, etc. Tal articulação com o cotidiano é uma das principais chaves para se compreender o monumento moderno, pois ambas as esferas são, ao mesmo tempo, independentes e interdependentes, o que teoricamente garantiria uma subjetividade maior ao sujeito na sua compreensão (MAUAD, 1999; ROCHA, 2007).

De uma forma geral e dentro dessa perspectiva de participação na vida da cidade, segundo Letícia Julião (2008) houve uma tendência após a Segunda Guerra de se construir museus para serem, também, espaços de socialização e educação. No caso do Monumento, mais do que um ensinamento sobre os brasileiros na Segunda Guerra, a educação a passar seria cívica, como nos mostra seu folheto de apresentação na passagem: “[...] algumas solenidades e cerimônias que, pelo seu alto cunho cívico e patriótico, vêm se constituindo em eficiente escola de civismo.” O museu e o arquivo presentes no Monumento também teriam essa finalidade educativa.

Numa outra passagem do folheto temos a seguinte ideia: “Procura, assim, a Nação brasileira perpetuar o heroísmo dos bravos que, durante a II Guerra Mundial, a dignificaram com o sacrifício da própria vida.” Olhando para essas passagens e para as faces literal e simbólica do Monumento, vemos claramente e fortemente a articulação de três categorias de pensamento, a História, a Memória e a Nação, tornando visível e quase material esses conceitos abstratos (SANTOS, 2006), e nos revelando seu caráter alegórico.

Uma História Invisível: o esquecimento simbólico e concreto da FEB

Mas essa nova monumentalidade pautada no abstracionismo pode gerar alguns problemas como a maior dificuldade na compreensão dos seus elementos. Muitas vezes os próprios homenageados acham o Monumento grandioso e bonito, mas não entendem o significado das suas formas; nem mesmo participaram diretamente do processo de escolha do monumento. Um episódio narrado pelo ex-combatente Epipharol Silveira ao pesquisador Francisco Ferraz ilustra essa premissa: diante da imponência do Monumento, discorrendo sobre o pórtico monumental, ele disse que “[...] aquilo parece uma muleta, um muletão, certo? Acho que é isso que quiseram dizer da gente, que somos inválidos, que a gente se apoia no Estado, acho que é isso que querem dizer [...]” (apud FERRAZ, 2012, p. 309).

Depoimentos como este demonstram a dificuldade de se obter os resultados esperados pelas premissas de integração e compreensão presentes no Memorial Descritivo e no Regulamento do MNMSGM, e também nos chamam a atenção para algo mais. A amargura aparente nas palavras do discurso sobre invalidez e apoio no Estado como uma muleta nos

leva a pensar num processo de esquecimento tanto concreto, em termos de ajuda material aos veteranos, quanto simbólico, pensando na memória da FEB enquanto parte da história e memória nacional. Esses esquecimentos acabam por afetar o Monumento e sua narrativa memorial e histórica.

Sobre o esquecimento concreto, o contexto de tensões na política e no meio militar quando do retorno dos ex-combatentes ao Brasil fez com que após um período de festas e homenagens eles fossem deixados à própria sorte com leis e benefícios que muitas vezes não saíam do papel. O despreparo do governo os levou a organizarem-se em associações de ex-combatentes como forma de sobrevivência social e política, e até mesmo física.¹⁷

Como consequência do esquecimento simbólico, vemos um distanciamento da população frente à memória da FEB, que ficou fora até mesmo das pesquisas acadêmicas durante certo tempo. Podemos elencar algumas hipóteses para esse esquecimento/distanciamento.

Em primeiro lugar, a partir dos anos de 1960 percebemos uma segmentação social com o surgimento de “memórias parciais” ou “particulares”, nas palavras de François Hartog, ou seja, em um contexto de descolonização, novos movimentos sociais e histórias alternativas e revisionistas, novos discursos memorialísticos se mostram tornando as memórias cada vez mais segmentadas. Isso pode nos deixar a dúvida da existência, ainda hoje, de memórias coletivas consensuais a partir de uma coesão social e cultural dos grupos. (HARTOG, 2006; HUYSEN, 2000). A comunidade de memória dos pracinhas¹⁸, por exemplo, sempre foi grande e forte, mas além de enfraquecer pouco a pouco com o falecimento dos veteranos ela não é espacialmente concentrada, ou seja, espalha-se pelo Brasil proporcionando pouca convivência e socialização entre seus integrantes e, consequentemente, maior falta de coesão, característica intrínseca às memórias coletivas.

Devido a essa segmentação vemos a proliferação de patrimônios, inclusive dos dedicados à FEB, citada no início deste trabalho. As novas vozes de memória e identidade assumem o direito de construir ou eleger seus próprios referenciais e representações, como monumentos, museus, tombamentos, etc. Existindo, portanto, esse ambiente favorável à rememoração, por que essa segmentação seria um dos motivos do esquecimento da FEB? Com cada grupo preocupado em resguardar sua memória e fortalecer sua identidade, os pontos de referência em comum entre eles, ou a dita “memória nacional”, ficaram de lado, principalmente após o regime militar.

Entramos, a partir disso, numa outra hipótese, a associação generalizada da imagem da FEB aos militares integrantes do movimento militar de 1964 e sua política. Alguns oficiais

17 Para mais informações sobre o processo de reintegração social dos veteranos e suas associações (FERRAZ, 2012).

18 “Pracinha” é o apelido dado pela população aos combatentes brasileiros da FEB, assim como “G.I.” aos soldados estadunidenses, “Tommy” aos soldados ingleses e “Poilu” aos soldados franceses.

superiores da FEB como Castelo Branco, Cordeiro de Faria, Jurandir Mamede, dentre outros, de fato participaram ativamente do movimento, mas no nível individual e fora da esfera febiana de relações, pois a nível geral os ex-combatentes não tinham capacidade de mobilização e grande ação política, de forma que não se pode falar numa atuação da FEB no movimento. Essa distinção de papéis, no entanto, é muito recente, e devemos atentar para o peso do presente nas construções memorialísticas e identitárias, como abordado anteriormente. Nos anos de 1960 essa associação era facilitada pelo discurso do regime militar que relacionava a luta da FEB contra o nazismo à luta contemporânea contra o populismo e comunismo (FERRAZ, 2012), ou seja, o governo militar buscava a legitimação do poder através da criação de uma identidade para si que se equiparasse a uma dita “identidade nacional”, e para isso elencava alguns pontos de referência memorialísticos. Quando o regime cai esses referenciais ficam desacreditados, entre eles a memória da FEB, que, por uma simbiose, fica restringida à memória coletiva da sua comunidade.

Com a segmentação da sociedade e a associação da imagem da FEB ao regime militar, há um afastamento gradual da população e das autoridades frente aos ex-combatentes e sua memória enquanto outro processo acontece.

Essa terceira hipótese que pode ser, ao mesmo tempo, uma consequência e um dos motivos para esse afastamento da sociedade civil, consiste num processo de militarização tanto da memória febiana quanto de suas representações, os conjuntos monumentais, especialmente o MNMSGM, o que é fundamental na compreensão de sua narrativa histórica e memorialística. Segundo Francisco Ferraz, tal militarização se caracteriza pela aproximação e dominação do Monumento e suas cerimônias pelas instituições militares transformando a essência das representações e homenagens, principalmente a partir da década de 1960 (FERRAZ, 2012).

Em contraponto, o brasilianista Uri Rosenheck diz que não se pode falar em militarização com base nos “eventos efêmeros” de caráter militar nos quais os ex-combatentes eram incluídos. Para ele, os monumentos enquanto “objetos físicos” e os textos que os acompanham, com exceção daqueles dentro de bases militares, são de caráter cívico e dificilmente pode ser encontrada uma menção às forças armadas (ROSENHECK, 2008).

De fato grande parte dos monumentos da FEB descritos pelo General Mattos são iniciativas civis (populares ou oficiais), por outro lado, os discursos em suas inaugurações por vezes remetiam a um militarismo, um certo louvor às forças armadas em si, e em várias delas havia a presença de pelo menos um oficial. Das solenidades realizadas no MNMSGM a partir de 1960, Ferraz as elenca como um dos momentos-chave desse processo de fusão e confusão de interesses, valores e comemorações dos militares regulares e ex-combatentes.¹⁹

19 Outros dois principais momentos seriam as cerimônias das seções nascentes da Associação de Ex-Combatentes do Brasil (AECB) nos anos de 1940, e as comemorações das principais datas da história da FEB realizadas entre 1970-90 por órgãos militares e associações (FERRAZ, 2012, p. 295-296).

Um primeiro exemplo seria o desfile de Sete de Setembro que passou a ser realizado em frente ao Monumento numa homenagem das “armas” aos “mortos em nome da Pátria”, o qual anteriormente acontecia em frente ao Panteão do Duque de Caxias, “Patrônio do Exército”, e onde a homenagem era feita pelos ex-combatentes às armas (FERRAZ, 2012, p. 294, 295).

Temos ainda as cerimônias específicas e fixas do Monumento:

Mensalmente: A Rendição da Guarda, na qual troca-se o grupo que fará a segurança do Monumento, obedecendo a um revezamento entre Exército, Aeronáutica e Marinha;

- 21 de Fevereiro: dia da tomada do Monte Castelo, há um ceremonial para lembrar das vitórias da FEB;
- 8 de Maio: é comemorado o Dia da Vitória dos Aliados na Europa;
- 21 de Julho: é feita uma homenagem aos mortos das Marinhas de Guerra e Mercante;
- 2 de Novembro: é realizada a “Vigília da Saudade” em memória dos combatentes mortos, cerimônia que fica a cargo da Associação Nacional de Veteranos da FEB (ANVFEB).

Desde a inauguração e principalmente após 1964 o número de civis presentes nessas solenidades cai ao passo que ficam aqueles que fazem parte diretamente do grupo de memória dos veteranos, e aumenta o número de militares da ativa, “reforçando os laços de solidariedade que já estavam sendo atados, após um começo relativamente distanciado”, nas palavras de Ferraz (2012, p. 300). Também percebemos a inversão de princípios nos lugares que os presentes ocupavam: os oficiais cada vez mais acima e perto do Túmulo do Soldado Desconhecido, centro das cerimônias, e os ex-combatentes cada vez mais abaixo, misturando-se aos espectadores comuns. Olhando as fotos dos ceremoniais dos últimos anos no site do Monumento vemos, predominantemente, integrantes das Forças Armadas e quando aparecem escolas em visita, são escolas militares (MONUMENTO NACIONAL..., 2013).

Para além do aparato ceremonial e indo contra a ideia de Rosenheck, o Monumento aos Mortos apresenta um caráter militarista já em sua constituição física. Acompanhando a trajetória dos elementos militaristas fica evidente que, assim como a constituição memorialística e identitária, a construção das representações, ou dos “lugares de memória” (patrimônios/monumentos), também é feita a partir de projetos diferentes e conflitos das relações de poder que os envolvem. A construção do MNMSGM, envolvendo Estado, Forças Armadas e ex-combatentes, não foi diferente.

O Monumento e sua Face Simbólica

Diversos elementos esculturais e imagéticos já citados na descrição do Monumento remetem às Forças Armadas ao invés de aos cidadãos-soldados; alguns deles, inclusive, foram alterados ou trocados devido ao conflito de representações ou mesmo por questões estéticas.

Em primeiro lugar, vemos um exemplo dessa “apropriação” militar já nas decisões da construção do Monumento pela CRMCP. Foi decidido consultar as famílias sobre o destino dos restos mortais de seus parentes e muitas respostas recebidas, geralmente endereçadas ao Presidente da República, os reivindicavam, como esta de Josefina Oliveira, de Pernambuco: “[...] por meio desta, venho pedir a V.Excia, a bondade de dignar-se a conceder os restos mortais de meu único irmão o cabo Honorio Correia de Oliveira, e também dos filhos de Pernambuco, que, como ele, pereceram na guerra na Europa, fiquem em Pernambuco [...].”²⁰

Em carta, o Major Umpierre, Chefe da Secção Especial da FEB no Ministério da Guerra explicitou que “[...] esta Secção é parecer que toda iniciativa particular deverá aguardar oportunidade, isto é, uma decisão final do governo, nesse sentido.”²¹ A decisão final, independente dos apelos, coube à Comissão, que decidiu por reuni-los no mausoléu coletivo, pois, mais do que filhos, irmãos, maridos etc., os expedicionários mortos eram filhos da Pátria, e deveriam receber a homenagem final como tal.

Como exemplo seguinte, tomemos o painel escultural sobre a trajetória da FEB que visualizamos na maquete (Figura 2). Ele foi transportado para o museu (Figura 2) e no seu lugar ficou a escultura das formas da engenharia aeronáutica. Em uma solução:

[...] mais ampla e liberta [...], baseamos a sugestão plástica em elementos de avião e, através de uma idealização, procuramos criar uma obra de escultura que contivesse em si o espírito dinâmico e formal que a aviação pode sugerir. [...] Tal simbolismo é reforçado pelo efeito psicológico causado no observador, o qual, em virtude de pontos de vista sempre baixos, vê o conjunto recortado contra o céu, que é cenário obrigatório de ação aérea.²²

O ideal de embelezamento e praticidade substitui o contato inicial do visitante do Monumento com o tema principal das homenagens, a atuação e morte dos brasileiros na guerra. Processo semelhante ocorre com a escultura dos três soldados, também na

20 Carta ao Presidente da República Gen. Eurico G. Dutra, Arquivo do MNMSGM.

21 Carta do Major Umpierre, Chefe da Secção Especial da FEB no Ministério da Guerra, Documentos da CRMCP, Arquivo do MNMSGM.

22 Homenagem às Forças Aéreas, CRMCP, 1958. Arquivo do MNMSGM, Atas e Ofícios da CRMCP, arquivo B, gaveta 7.

plataforma, mas que envolve ainda os conflitos de poder e representação. No projeto original, como vemos na maquete (Figura 2), havia a escultura representativa da “Mãe Pátria” com seu filho pracinha caído em seu colo (Figura 10). Em novembro de 1959, no entanto, o Mal. Mascarenhas de Moraes, presidente da CRMCP, enviou ao escultor Alfredo Ceschiatti um ofício de substituição da escultura, o qual dizia:

3 – Esta Comissão, tendo em vista o interesse do Serviço Público, uma vez que uma Corporação das Forças Armadas julgou-se prejudicada quanto à Homenagem a ela prestada, determino que o trabalho ora em execução seja interrompido na situação em que se encontra até ulterior deliberação. 4 – Por esse motivo solicito a colaboração de V.S. no sentido de ser feito um novo estudo para a apresentação de um grupo escultórico, que, medindo no máximo 5 metros de altura, represente conjuntamente o esforço das três Forças Armadas em sua participação na Segunda Guerra Mundial.²³

O escultor responde seis dias mais tarde que não tem objeções às modificações apesar de o trabalho já se encontrar em estágio avançado. Não há informações sobre qual das corporações se sentiu prejudicada, mas uma vez que o pracinha morto representaria [somente] o Exército, deduzimos que ou a Marinha, ou a Aeronáutica tenha sido a autora da reclamação. Com a confecção do novo grupo escultórico representativo das três corporações militares (Figura 11) vemos mais uma vez o deslocamento da homenagem aos caídos em batalha para a homenagem às instituições militares. Tal episódio também revela a emergência de um “padrão trinitário”²⁴ nos elementos comemorativos, o que se mostra fortemente presente no MNMSGM, mas também em diversos outros monumentos coletivos e individuais, com grande ou pouca visibilidade.

Levando em consideração esses elementos trinitários (ou aqueles que remetam a pelo menos uma das corporações) presentes concretamente no Monumento e a dominação militar dos ceremoniais concluímos que a face simbólica do MNMSGM, ao articular os conceitos de Nação, Memória a História ao militarismo, faz com que as instituições militares se identifiquem com o ele tanto quanto os veteranos. Isso faz dele, as palavras de Ferraz, uma homenagem maior às “instituições militares do que ao sacrifício de sangue dos cidadãos-soldados e de suas famílias.” (FERRAZ, 2012, p. 337, 338).

23 CRMCP, Boletim Interno nº 3, 1960. Atas e Ofícios da CRMCP, arquivo B, gaveta 7.

24 Termo cunhado por FERRAZ, para definir a ênfase na homenagem às três forças armadas, ao invés do expedicionário em abstrato (FERRAZ, 2012).

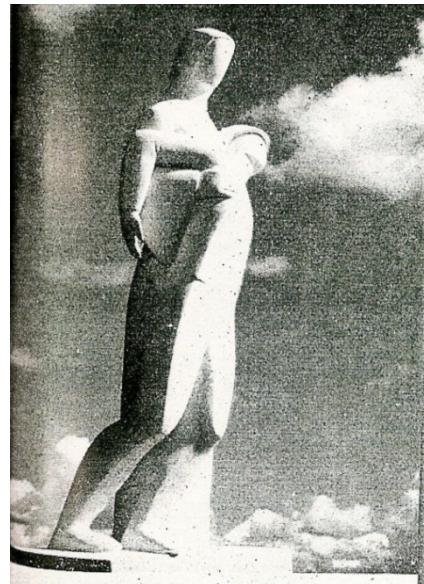


Figura 10 – Maquete da escultura da Mãe Pátria e seu filho morto em combate, 1956

Fonte: Autoria própria.



Figura 11 – Escultura representativa das Forças Armadas: marinheiro, soldado e aviador

Fonte: Autoria própria.

Lugar de Memória versus Cartão Postal

Essa narrativa militarizada nos leva a pensar que relação o Monumento acaba por estabelecer com os próprios ex-combatentes e com os visitantes civis atualmente. Sobre os primeiros, apesar de muitas vezes não entenderem o significado dos elementos presentes no Monumento como vimos anteriormente, os ex-combatentes não viam com maus olhos essa aproximação e apropriação do conjunto monumental do MNMSGM; ao contrário, viam nos militares uma identidade semelhante à sua e um apoio que não recebiam da sociedade em geral (FERRAZ, 2012).

Com relação à visitação civil, é interessante citar duas passagens do Regimento:

Art. 28. A visitação ao Monumento deverá ser facilitada por todos os meios possíveis e ao público fornecidas quaisquer informações com êle relacionados, de modo a despertar nos visitantes e consulentes o interesse pela história do Brasil na Segunda Guerra Mundial.²⁵

Apesar de a visitação ter de ser facilitada, segundo este outro trecho caberia ao Diretor do Monumento “determinar a retirada do recinto do Monumento ou impedir o ingresso no mesmo de pessoas suspeitas, com trajes impróprios ou que se portarem de modo inconveniente.”²⁶

Como vimos anteriormente, nos ceremoniais e na visitação de escolas dificilmente percebemos, a partir das fotos, a presença de civis. Já no cotidiano do Monumento, poucos que passassem pela sua fachada imaginariam, sem informações adicionais, que se trata de um monumento-mausoléu aos brasileiros caídos em guerra. Somada à grandiosidade da arquitetura, a constante presença da Guarda, fortemente armada (com fuzis) também intimida qualquer cidadão que “ousar” se aproximar. Aspectos como este, mais a exigência de “trajes e comportamento adequados” por vezes inviabilizam os objetivos dos autores do MNMSGM e do próprio Regimento: a visita facilitada, a integração como público e a natureza, a edificação de um lugar de lazer, socialização e reverência memorial da Nação [como um todo] aos mortos da Pátria.

Ou então esses objetivos se realizam de outras formas além da esperada. Os Aterros da Glória e do Flamengo e seus quase 7 km de extensão²⁷ de praças e jardins feitos para os diversos monumentos e museus transformam o Monumento, como já dito, num cartão

25 Regulamento do MNMSGM, Título IV, Cap. VIII. (apud MATTOS, 1960, p. 78).

26 Regulamento do MNMSGM, Título III, Cap. V, Art. 11, Parágrafo 11. (apud MATTOS, 1960, p. 76).

27 Segundo o curso dos Aterros do Flamengo e da Glória, a área *Non Aedificandi*, está a Avenida Infante D. Henrique que vai da Praça Vinte e Dois de Abril, no centro, à Praça de Canoinhas, no início do Botafogo, num circuito de aproximadamente 6,5 km.

postal. Além da essência militar, temos, então, a essência estética, que garante ao Monumento, por exemplo, aparições em flashes imagéticos da cidade do Rio de Janeiro em telenovelas. Ainda que o telespectador não reconheça na imagem um monumento aos mortos, fica a imagem de uma bela e moderna composição arquitetônica, e aos mais atentos, uma composição militar. Ele também se torna palco de eventos exteriores à sua proposição memorial: diversas corridas de pedestres tem suas marcas de largada e chegada na frente do Monumento; em Março deste mesmo ano o pátio do Monumento abrigou um paddock, um box da Ferrari para o carro de Felipe Massa enquanto as ruas do Flamengo se transformaram num circuito de Fórmula 1 (MONUMENTO..., 2013); o mesmo pátio, por vezes, ainda é usado para grandes eventos religiosos no qual a arquitetura se mistura à imagem que se tem do palco, e poderíamos pensar ainda, num empréstimo de sentido simbólico de um lugar de reverência aos mortos para um evento de reverência religiosa.

É complicado falar, contudo, na relação real que o Monumento estabelece com os moradores da região e da cidade como um todo, ou ainda com os turistas de passagem e aqueles que por curiosidade ou indicação visitam o Monumento, quando estudos sobre isso ainda estariam por serem feitos, talvez partindo de uma história oral com esses sujeitos e/ou através dos registros de visitação do museu e dos ceremoniais.

O estudo feito a partir do Monumento e sua narrativa histórica e memorialística pode apenas nos dar os indícios dessas relações, sendo mais relevantes para perceber que estabelecem relações muito maiores com aqueles que conhecem e/ou compartilham da sua memória e identidade, ou ao menos a relação que aparentemente tenciona estabelecer.

Heroísmo, Civismo e Militarismo: três faces de um mesmo Monumento

A grandeza das nações, na nobreza dos seus filhos que deram a vida pela Pátria, torna-se eterna nos monumentos através da representação da morte.

Ana Maria Mauad (1999, p. 74)

As guerras, principalmente aquelas do porte da Segunda Guerra Mundial, tem o poder de influenciar o(s) imaginário(s) coletivo(s) da sociedade ao criar uma cultura própria a partir das histórias de família, dos eventos cívicos, dos monumentos, museus e coleções, etc. Essa cultura pode determinar rumos de histórias nacionais e familiares com uma “mitologia particular de heroísmo.” (CYTRYNOWICZ, 2000, p. 7) dos compatriotas, ou de devastação e ódio do inimigo, lembrando, com essa simbologia, de algo que não se deve repetir e, ao

mesmo tempo, de exemplos que se deve seguir: liderança, bravura, sacrifício (CYTRYNOWICZ, 2000; MAUAD, 1999).

O MNMSGM faz parte dessa mitologia e, como todo monumento, possui caráter evocativo e celebrativo. Vemos nele uma narrativa histórica, as principais batalhas e feitos da FEB, e uma narrativa memorialística, um culto à memória dos ex-combatentes brasileiros inserindo-se no modelo vovelliano de “igualização”, no qual a homenagem ao oficial comandante é substituída pela homenagem ao simples praça. Mas a memória e a identidade que carrega não dá conta de uma universalidade, não é consensual e muito do presente se apresenta em sua formação concreta e simbólica, nas decisões e construções provindas de conflitos e relações de poder entre Estado, Forças Armadas e ex-combatentes.

Vemos que o Monumento, embora destinado à sociedade em geral, não atinge da mesma forma a população civil e aqueles que fazem parte da comunidade de memória dos veteranos ou aqueles que estão ligados de alguma forma às instituições militares. Os dois últimos grupos estão muito mais ligados e abertos à recepção do simbolismo do Monumento enquanto o primeiro está muito mais próximo do seu caráter de ponto turístico e lugar de lazer.

Percebemos ainda que essa distância entre sociedade e monumento é reflexo de um processo maior de esquecimento da memória da FEB devido a fatores como a segmentação social e identitária iniciada nos anos de 1960, a associação da imagem febiana ao regime militar iniciado em 1964, e o processo de militarização das cerimônias, dos monumentos, enfim, das representações e ações relacionadas à FEB.

Olhando para todas as questões colocadas, vemos no Monumento um discurso simbólico oficial pautado no civismo e sob uma perspectiva militarizada. Ainda que não abandone por completo o caráter religioso e místico, sendo o mausoléu sempre descrito como um lugar de “oração e recolhimento espiritual”, ele apresenta a imagem de uma morte pela soberania Nacional: o indivíduo dá lugar à Nação tanto em vida quanto em morte, portanto só a ela pertencem seus restos mortais (MAUAD, 1999).

O Monumento Nacional aos Mortos da Segunda Guerra Mundial, em seus elementos concretos e simbólicos, possui três dimensões. Como todo patrimônio, ele é um importante referencial na representação, legitimação e manutenção de uma memória e identidade frente à sociedade, a dos ex-combatentes. Em grande parte também é uma homenagem às Forças Armadas e suas instituições. Mas ao mesmo tempo, ganha vida eternizando um modelo de cidadão ideal, aquele capaz do sacrifício maior pela vitória e pela Pátria, ainda que não tenha visto seu desejo ser realizado, o de trazer, em vida, o “V” à Nação.

Documentos de Pesquisa

Arquivo do Monumento Nacional aos Mortos da Segunda Guerra Mundial – Rio de Janeiro -RJ:

- Atas e Ofícios expedidos e enviados pela Comissão de Repatriamento dos Mortos de Pistoia
- Atas da Comissão de Repatriamento/Monumento aos Mortos da Segunda Guerra Mundial: 1952-1960
- Memorial Descritivo do MNMSGM

Imagens

Figura 1 – Maquete da escultura proposta pelo artista plástico Edgard Duvivier. *Vamos Lutar*. Rio de Janeiro, 06 mar 1947, p.62

Figura 2 – Maquete do projeto inicial do Monumento. Equipe Konder/Ribas. Acima: *Revista Módulo*, ano 2, n. 6, 1956, p. 46.

Figuras 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 11 – Fotografias de autoria própria em visita ao Monumento Nacional aos Mortos da Segunda Guerra Mundial no ano de 2009.

Figura 10 – Maquete da escultura da Mãe Pátria e seu filho morto em combate. Equipe Konder/Ribas. *Revista Módulo*, ano 2, n. 6, 1956, p. 48.

Referência

CABRAL, Magaly de Oliveira. Memória, patrimônio e educação. Resgate: Revista Interdisciplinar de Cultura, Campinas, n. 13, p. 35-42, 2004.

COMISSÃO DE REPATRIAMENTO DOS MORTOS DO CEMITÉRIO DE PISTÓIA. *Ata da 1ª Sessão realizada no Salão Nobre do Departamento Técnico e de Produção do Exército*. Rio de Janeiro, 27 nov. 1952. p. 1. AMNMSGM Caixa s/numeração: Atas da Comissão de Repatriamento, 1952-1960.

CONNERTON, Paul. A memória social. In: _____. *Como as sociedades recordam*. Lisboa: Celta Editora, 1993. p. 1-48.

CYTRYNOWICZ, Roney. *Guerra sem guerra: a mobilização e o cotidiano em São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial*. São Paulo: Geração Editorial, 2000.

DIEHL, Astor. Memória e identidade: perspectiva para a história. In: _____. *Cultura historiográfica: memória, identidade e representação*. São Paulo: Edusc, 2002. p. 111-136.

FERRAZ, Francisco César Alves. *A Guerra que não acabou: a reintegração social dos veteranos da Força Expedicionária Brasileira (1945-2000)*. Londrina: EDUEL, 2012.

_____. *Os brasileiros e a Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1996.

HARTOG, François. Tempo e patrimônio. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 22, n. 36, p. 261-273, jul./dez. 2006.

HUYSEN, Andreas. Passados presentes: mídia, política, amnésia. In: *Seduzidos pela memória. Arquitetura, monumentos, mídia*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000. p. 9-40.

JULIÃO, Letícia. *Enredos museais: intrigas da nacionalidade*. 2008. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

LE GOFF, J. Documento/ monumento. In: ROMANO, R. (Org.). *Encyclopédia einaudi: memoria-historia*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1984. v. 1, p. 95-106.

MATTOS, General. J. B. *Os monumentos nacionais: a força expedicionaria no bronze*. Rio de Janeiro: SMG – Imprensa do Exército, 1960.

MAUAD, Ana Maria; NUNES, Daniela Ferreira. Discurso sobre a morte consumada: monumento aos pracinhas. In: KNAUSS, Paulo (Org.). *Cidade vaidosa: imagens urbanas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Sete Letras, 1999. p. 73-92.

MENEZES, Ulpiano T. Bezerra. A história, cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, n. 34, p. 9-24, 1992.

MONUMENTO aos Pracinhas, no Rio de Janeiro, começa a se transformar em paddock de F1. 2013. Disponível em: <<http://br.esporteinterativo.yahoo.com/noticias/spt--monumento-aos-pracinhas--no-rio-de-janeiro--come%C3%A7a-a-se-transformar-em-paddock-de-f%C3%B3rmula-1-152432324.html>>. Acesso em: 12 mar. 2013.

MONUMENTO nacional aos mortos da Segunda Guerra Mundial. Disponível em: <<http://www.mnmmsgm.ensino.eb.br/>>. Acesso em: 5 ago. 2013.

NORA, Pierre. Entre memória e historia: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, dez. 1993.

PIOVEZANI, Adriane. Cemitérios e mausoléus militares no Brasil: o embate entre o laico e o confessional. In: SIMPOSIO NACIONAL DE HISTORIA - ANPUH, 26., 2011, São Paulo. *Anais...* São Paulo, 2011. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1297267456_ARQUIVO_cemiteriosmilitares.pdf>. Acesso em: 20 out. 2012.

ROCHA, Ricardo de Souza. A arquitetura moderna diante da esfinge ou a nova monumentalidade – uma análise do Monumento Nacional aos Mortos da Segunda Guerra Mundial. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 15, n. 2. p. 151-167, jul./dez. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/anaismp/v15n2/a16v15n2.pdf>>. Acesso em: 5 set. 2012.

ROSENHECK, Uri. Entre a comemoração do passado e a construção do futuro: os monumentos da FEB em seus contextos. *Revista Militares e Política*, Rio de Janeiro, n. 3, p. 7-16, jul./dez. 2008. Disponível em: <http://www.lemp.historia.ufrj.br/revista/ante/Militares_e_Politica_LEMP_n_03.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2012.

SANTOS, M. S. *A escrita do passado em museus históricos*. Rio de Janeiro: Garamond, Minc, IPHAN, DEMU, 2006.